

ALFABETIZAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL: CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS E METODOLÓGICAS

LILIANE SANTOS MACHADO (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - FCT/UNESP).

Resumo

A presente pesquisa é fruto de uma investigação de mestrado vinculada à linha “Tecnologias de Informação e Comunicação e Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/Unesp. Considerando a alfabetização como o alicerce para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos cuja contrapartida é o fracasso escolar na alfabetização, esta pesquisa tem como objetivo analisar as contribuições de recursos que podem favorecer o processo de alfabetização e superar os obstáculos relacionados a este processo. Para tanto, seu objetivo geral visa investigar a contribuição da tecnologia educacional, em especial do uso de softwares educacionais, denominados Objetos de Aprendizagem (OA) para a alfabetização de alunos do ciclo inicial da rede pública municipal de Presidente Prudente. Nesse sentido, está sendo realizado o estudo de caso de uma sala de alfabetização (2º ano), com o intuito de analisar como a escola tem trabalhado com a tecnologia educacional no processo de alfabetização dos alunos durante as aulas realizadas na Sala Ambiente de Informática (SAI). Desse modo, a pesquisa busca estabelecer análises sobre o uso do computador na educação e verificar se este uso pode ser empregado como um instrumento de superação do fracasso escolar da alfabetização e contribuir efetivamente com o desenvolvimento da mesma. A partir de análises iniciais por meio das observações das aulas na SAI, a pesquisa já apresenta alguns resultados preliminares de como tem se configurado o uso da tecnologia educacional no processo de alfabetização.

Palavras-chave:

Alfabetização, Tecnologia Educacional, Objetos de Aprendizagem.

Introdução e relevância teórica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu capítulo II trata especificamente da educação básica na qual a alfabetização é um ponto-chave, e em seu artigo 22 esclarece que “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe formação comum e indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999) para o ensino de Língua Portuguesa definem os seguintes objetivos para o Ensino Fundamental:

expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-la com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos — tanto

orais como escritos — coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados. (p.33)

Assim, com base nas leis e nos parâmetros que regem o sistema educacional, é possível afirmar que a alfabetização há muito deixou de ser apenas uma questão de aprender a ler e escrever, transformando-se numa fonte de conhecimentos muito mais ampla, em que o sujeito adquire a capacidade de pensar e de conscientizar-se de que pode interferir no mundo assim como o mundo interfere em sua vida, desenvolvendo assim, o exercício consciente dos direitos humanos e liberdades fundamentais proclamados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Segundo Soares (1995: p. 7) “dos indivíduos já se requer não apenas que dominem a tecnologia do ler e do escrever, mas também que saibam fazer uso dela, incorporando-a a seu viver, transformando assim seu estado ou condição, como conseqüência do domínio desta tecnologia”. *Concordando* com esta premissa, Freire (1969: p. 111) define que “a alfabetização é mais do que o simples domínio psicológico e mecânico de técnicas de escrever e de ler. É o domínio dessas técnicas, em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende”.

Assim, apesar de a alfabetização ser garantida por lei e se caracterizar como a base para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, o que temos observado na realidade educacional é que o sistema de ensino não tem dado conta de cumprir com esta função da alfabetização, uma vez que os censos escolares têm apresentado altos índices de analfabetismo no Brasil, fato que levou o país a ficar entre as últimas posições no ranking mundial.

O número mais recente do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)[1] de 2007, mostra que apenas 28% da população brasileira está na condição de "alfabetizados plenos". Além disso, segundo A Síntese dos Indicadores Sociais 2008, a taxa de

analfabetismo no Brasil tem o equivalente a 14,1 milhões de analfabetos. Vemos assim, que os alunos estão submetidos ao fracasso escolar na alfabetização, entretanto, as discussões sobre esta temática se remetem quase que exclusivamente aos métodos, como se fossem os responsáveis pelo fracasso escolar na alfabetização dos alunos ou, portanto, remetem-se à procura de encontrar o método mais eficaz.

Ao estabelecer o enfoque nos métodos de alfabetização, é preciso destacar que muitos foram os métodos[2] e teorias de alfabetização desenvolvidas no Brasil, no entanto, a maioria deles culminou no fracasso escolar da alfabetização dos alunos. Conseqüências desse fracasso se estendem até os dias atuais.

Entretanto, a partir do final da década de 80, emergiram novas reflexões e diversas pesquisas sobre o processo de alfabetização, suscitando outras tentativas de trabalhá-la. Neste momento, surgiram obras como a *Psicogênese da Língua Escrita* (1985) das pesquisadoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky, que muito contribuíram para o desenvolvimento de novas perspectivas para a alfabetização.

A pesquisa destas autoras partia do pressuposto de que o aluno, ao chegar à escola, já possui conhecimentos prévios, tem idéias e faz hipóteses sobre o código escrito. Assim, o processo de construção da escrita passa a ser realizado através da sua interação com o objeto de conhecimento, de modo que o aluno vai construindo hipóteses a respeito da escrita e, portanto, vai aprendendo a ler e escrever.

Ao valorizar a interação entre o sujeito da aprendizagem e o objeto de conhecimento, estudos como os de Jean Piaget que possuem cunho psicogenético, serviram de base para a pesquisa dessas autoras ao definirem o sujeito cognoscente. Segundo as autoras,

o sujeito que conhecemos através da teoria de Piaget é um sujeito que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca. Não é um sujeito que espera que alguém que possui o conhecimento o transmita a ele, por um ato de benevolência. É um sujeito que aprende basicamente através de suas próprias ações sobre os objetos do mundo, e que constrói suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo que organiza seu mundo (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985: p. 26).

Assim, as obras de Piaget nos permitem compreender o processo de aquisição do conhecimento pelo aluno, considerando que este deve estar em contato com o objeto de conhecimento para aprender. Nesse sentido, a escrita e a leitura, nesse caso, são entendidas como o objeto de conhecimento sobre o qual o aluno, sujeito da aprendizagem, poderá compreender seus mecanismos e tornar-se o construtor de seu próprio conhecimento.

Desse modo, como bem demonstram as investigações de Ferreiro e Teberosky (1985) com base na teoria piagetiana, o aprendiz deve compreender como funciona o processo de construção da escrita, encontrando um sentido no que está fazendo.

Assim, a proposta da Psicogênese da Língua Escrita, resultou em grandes reflexões a respeito da alfabetização e a partir delas estabeleceu-se uma teoria de alfabetização: o Construtivismo, como uma tentativa de *metodização* da Psicogênese da Língua Escrita.

Nesse sentido, é pertinente ressaltar o que alerta Mendonça (2007, p.55), considerando que “nem o construtivismo, nem a Psicogênese da Língua Escrita são métodos”, mas sim teorias. Assim, na tentativa de *metodizar* a teoria da Psicogênese, foi estabelecida a idéia de que não mais seria necessário haver métodos de alfabetização. Esse foi um dos equívocos da má interpretação da Psicogênese da Língua Escrita, pois se passou a ignorar a aquisição da técnica da escrita e o processo de ensinar a ler e escrever (codificar e decodificar) passou a ser menosprezado.

A esse fato, Soares (2004: p.11) aponta que “para a prática da alfabetização, tinha-se anteriormente, um método e nenhuma teoria; com a mudança de concepção sobre o processo de aprendizagem da língua escrita, passou-se a ter uma teoria (construtivismo), e nenhum método”.

Com a introdução do Construtivismo, tentou-se estabelecer um “método” de alfabetização, no entanto, este “método” foi construído a luz de equívocos e de uma má interpretação da Psicogênese da Língua Escrita. Tais equívocos, conforme assinala Mendonça (2007), são caracterizados pela idéia de que o aluno constrói o seu conhecimento sozinho; que o professor não pode interferir na aprendizagem e tampouco corrigir os erros que os alunos cometem e, que através do mero convívio com a escrita, a criança se alfabetiza automaticamente. A partir dessas idéias, instituídas com o Construtivismo, perdeu-se a especificidade da alfabetização, que requer um ensino sistematizado da aprendizagem da leitura e da escrita a partir da correspondência entre grafemas e fonemas.

Esses equívocos geraram uma confusão sobre a definição de alfabetização, de modo que esta deveria ser “o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e para escrever, ou seja, o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita” (SOARES, 2003: p. 80). Ainda de acordo com a mesma autora, “não basta que a criança esteja convivendo com muito material escrito, é preciso orientá-la sistemática e progressivamente para que possa se apropriar do sistema de escrita.” (SOARES, 2003: p. 19).

Entretanto, o que tem se revelado nos ambientes escolares é que os princípios lingüísticos da alfabetização (grafema e fonema) que devem ser trabalhados de forma sistemática pela escola, estão sendo ignorados pelo sistema educacional em decorrência dessa perda da especificidade da alfabetização.

Outro fator que contribuiu para a perda da especificidade da alfabetização se deve ao fato de que, paralelamente ao desenvolvimento do Construtivismo, surgiu um novo conceito relacionado à alfabetização, o letramento. A concepção de letramento tem sido erroneamente conceituada como um processo idêntico à alfabetização, ocasionando a perda da especificidade da alfabetização. No entanto, alfabetização e letramento são processos distintos, pois enquanto a alfabetização consiste no ensino de uma técnica de ler e escrever, o letramento refere-se às capacidades do sujeito de fazer uso dessa técnica de ler e escrever.

Nesse sentido, Kleiman (1995: p.19) define letramento como o “conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Desse modo, a partir do letramento é necessário tornar o indivíduo capaz de utilizar a leitura e a escrita de diversos modos em seu meio social.

Considerando a dimensão social do letramento, Soares (2002: p. 72) assinala que o letramento pode ser entendido como

o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais. Em outras palavras, letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social.

Assim, a alfabetização se constitui com a especificidade de ensinar as técnicas de ler e escrever, para que a partir disso, o sujeito domine os recursos necessários para fazer uso de seus direitos de cidadão consciente, efetivando assim o letramento, que se refere ao uso das técnicas de ler e escrever em contextos sociais.

Apesar de todos os entraves conceituais, é preciso compreender que alfabetização e letramento são processos distintos, mas indissociáveis, posto que um não constitui pré-requisito do outro, portanto, devem ocorrer simultaneamente.

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e psicolingüísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – *a alfabetização* – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – *o letramento*. (SOARES, 2004: p.14).

Assim, alfabetização e letramento devem ser entendidos como processos que se complementam em favor de proporcionar ao aluno o alicerce para o desenvolvimento de aprendizagens posteriores. O essencial para o cumprimento da função de ambos os processos (alfabetização e letramento), consiste em se alfabetizar letrando, proposta de autores como Soares, 1998; Leite, 2001, Mendonça, 2007. Nesse sentido, a idéia de se alfabetizar letrando de acordo com Leite (2001: p. 23) consiste em “desenvolver o processo de alfabetização escolar simultaneamente ao envolvimento dos alunos com as práticas sociais da escrita”.

Com essa perspectiva, a alfabetização poderá ter sua especificidade garantida no que se refere ao ensino da correspondência entre grafemas e fonemas para o domínio sobre a

leitura e a escrita, assim como o letramento ao efetivar o uso das técnicas de ler e escrever em práticas sociais que requeiram o domínio dessas técnicas.

A partir desses preceitos, é necessário então que o sistema educacional se concentre em permitir que uma educação de qualidade efetivamente aconteça e, para tanto, são necessárias mudanças na prática pedagógica. Muitas vezes o fracasso, progresso ou sucesso do aluno podem depender das relações que se estabelecem entre professor e alunos, sendo esta relação a responsável por mediar o processo de ensino-aprendizagem. Assim, diante desta realidade educacional que tem definido fracasso escolar no processo de alfabetização, esta pesquisa parte da justificativa de realizar uma análise sobre os recursos que poderiam auxiliar na melhoria do trabalho docente e assim favorecer o processo de alfabetização.

Partindo dessa idéia, ao mesmo passo em que a alfabetização tem culminado no fracasso escolar dos alunos, temos a tecnologia que tem avançado cada vez mais em toda a sociedade e a disseminação da informática que tem se estendido muito amplamente para o cenário educacional.

Vivemos em um mundo altamente informatizado, em que o acesso às informações está cada vez mais disponível e em que a tecnologia educacional tem se estabelecido nos meios escolares, o que tem requerido diversas mudanças no sistema de ensino para adaptar-se aos avanços tecnológicos.

Os recursos tecnológicos têm se estabelecido no sistema escolar pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Dentre os vários recursos abordados pelas TIC na educação, o de maior destaque é o computador, constituindo-se como um recurso tecnológico, mas também pedagógico dotado de vários elementos que podem facilitar e contribuir com o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa aos alunos. Além disso, o computador pode ser usado de variadas maneiras que possibilitam uma forma diferente de acesso às informações e ao conhecimento, o que desperta com maior facilidade o interesse dos alunos e permite que construam conhecimentos significativos.

Nesse sentido, Valente (1999: p.3) destaca que

Quando o aluno usa o computador para construir o seu conhecimento, o computador passa a ser uma máquina a ser ensinada, propiciando condições para o aluno descrever a resolução de problemas, usando linguagens de programação, refletir sobre os resultados obtidos e depurar suas idéias por intermédio da busca de novos conteúdos e novas estratégias.

Desse modo, adotando-se uma postura frente ao uso do computador no processo de ensino e aprendizagem, que permita que o aluno seja o construtor de seu conhecimento, utilizando-o como um recurso que o auxiliará a transformar as informações adquiridas em conhecimento, o uso do computador pode representar um grande aliado para contribuir com o processo de aprendizagem dos alunos e na forma de ensinar dos professores.

Assim, se por um lado temos a alfabetização que é marcada por problemas decorrentes de um ensino que não tem dado conta de alfabetizar os alunos, por outro, temos os recursos do computador, que são dotados de atrativos tecnológicos e pedagógicos que, se utilizados com eficiência, podem contribuir com a educação e também auxiliar o processo de alfabetização dos alunos.

Portanto, a partir de tais constatações sobre a alfabetização, processo que corresponde no cerne para o avanço da educação, e sobre os recursos do computador, estabeleceu-se nesta pesquisa o objetivo de unir essas duas vertentes em prol de contribuir com a aprendizagem e analisar quais as contribuições do uso do computador para o processo de alfabetização.

Desenvolvimento

Esta pesquisa tem por objetivo investigar quais as contribuições do uso do computador para o processo de alfabetização, para assim, contribuir com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, bem como com a prática docente.

Desse modo, visando alcançar o objetivo definido, foi realizada a seleção de uma escola e de uma sala de alfabetização, que se constituem como objeto de estudo desta pesquisa e fonte direta para a obtenção de dados.

A partir da seleção de uma sala de alfabetização do segundo ano (2º ano) e da definição do universo da pesquisa, foi necessário realizar um diagnóstico da realidade da escola

selecionada para este estudo. Para tanto, partindo da obtenção dos dados em situação real, esta pesquisa consistiu em identificar, através de observações semanais das aulas desenvolvidas na Sala Ambiente de Informática (SAI), como a escola vem a utilizar os recursos do computador no processo de alfabetização. Assim, a partir das observações, está sendo possível analisar quais os procedimentos e recursos pedagógicos e tecnológicos adotados pelo professor ao utilizar o computador nas aulas.

Nesse contexto, tomando a observação como uma técnica de coleta de dados, é preciso destacar que esta “possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado” (LÜDKE & ANDRÉ, 1986: p.26). Outra complementação a respeito desta técnica de coleta de dados considera que

a observação se torna uma técnica científica na medida em que serve a um objeto formulado de pesquisa; é sistematicamente planejada; é sistematicamente registrada e ligada a proposições mais gerais, em vez de ser apresentada como um conjunto de curiosidades interessantes; é submetida a variações e controle de validade e precisão. (SELLTIZ,1974: p.225).

O método para utilizar as observações tem se caracterizado por priorizar as seguintes análises: como tem se configurado o uso da tecnologia educacional no processo de alfabetização; qual o tempo destinado para a realização das aulas na SAI; quais os procedimentos do professor frente ao uso do computador; qual a abordagem utilizada pelo professor; quais os tipos de atividades e recursos utilizados; qual a receptividade dos alunos frente às atividades propostas pelo professor.

A partir de um contato estreito com a realidade pesquisada com base nas observações, orientadas pelas categorias definidas anteriormente, tem-se um parâmetro de como tem se configurado o uso da tecnologia na escola em que esta pesquisa tem se desenrolado.

É preciso destacar que paralelamente às observações, foram realizadas avaliações diagnósticas dos níveis de alfabetização dos alunos, para diagnosticar o nível de

alfabetização em que cada aluno se encontra. Assim, através da aplicação e análise das avaliações diagnósticas, será possível investigar se existe e quais são os progressos ou avanços da alfabetização dos alunos.

No entanto, apenas analisar os níveis de alfabetização dos alunos não é suficiente para identificar se existe e quais são as contribuições dos recursos do computador para o processo de alfabetização. Assim, para buscar respostas a este questionamento, foi definida a realização de uma proposta de *capacitação* do professor para o melhor uso do computador

O objetivo da capacitação consistirá em possibilitar e demonstrar ao professor novos métodos de trabalho com o computador, apresentando uma série de recursos do computador que podem contribuir com a alfabetização dos alunos, tais como Objetos de Aprendizagem, softwares educacionais e os vários recursos que são encontrados na Rede mundial de Internet. A proposta de capacitação visa contribuir com o desenvolvimento de uma prática docente diferenciada que privilegia o desenvolvimento da alfabetização dos alunos com o uso das tecnologias.

Após a capacitação, o professor deverá estabelecer um projeto de aulas, articulando os conteúdos curriculares com os recursos pedagógicos do computador apresentados no processo de capacitação. Com o estabelecimento desse projeto, a continuidade da pesquisa se dará por meio de observações da aplicação da nova proposta pelo próprio professor, uma vez que os critérios estabelecidos para a observação da atuação do professor serão os de analisar se trabalhará segundo uma abordagem que permita que o aluno seja o construtor de seu conhecimento e se utilizará os recursos escolhidos durante a capacitação e estabelecidos no projeto de aulas. Esses critérios permitirão

analisar melhor se ocorreu uma mudança de postura frente ao trabalho e uso do computador e analisar se com essa prática diferenciada de alfabetização, os alunos serão capazes de progredir em seus níveis de alfabetização, verificando assim, se os recursos da tecnologia podem efetivamente contribuir com a alfabetização dos alunos e qual a melhor metodologia para que isso aconteça.

Considerações Finais

Muitas discussões foram suscitadas desde a disseminação da informática na educação, entretanto, são poucas as pesquisas que investigam sua influência numa área de conhecimento específico, como a alfabetização.

Entretanto, leis que regem o sistema educacional brasileiro têm defendido a interação entre os alunos e o avanços tecnológicos referentes à atual sociedade do conhecimento. Desse modo, com o objetivo de atender a demanda tecnológica na educação por meio de práticas educativas, a LDBEN n° 9394/96, em seu artigo 32 estabelece que o ensino fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante “a compreensão do ambiente natural e social do sistema político, **da tecnologia**, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”.

Assim, na considerada atual sociedade do conhecimento, ter o domínio sobre a leitura e escrita, princípios da alfabetização, é um aspecto fundamental para atuar como cidadão ativo e consciente na sociedade, assim como ter o domínio sobre as tecnologias.

Nesse sentido, o aluno em processo de alfabetização, tendo contato com os recursos disponíveis no computador, a partir de uma prática docente que o utiliza como um recurso auxiliar, poderá elaborar e formular idéias, favorecendo assim a construção de conhecimentos de forma dinâmica e coerente com sua realidade.

Desse modo, o computador deve ser entendido como um recurso tecnológico que vem a contribuir com o processo de ensino e aprendizagem e cuja dinâmica propicia práticas docentes diferenciadas na educação.

Ao se trabalhar com o computador no processo de alfabetização o professor poderá romper com a linearidade da escrita, estimulando a leitura e a pesquisa, despertando o interesse dos alunos e propiciando o desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa. A partir desta perspectiva, o aluno deve ser entendido como o sujeito da aprendizagem e o construtor de seu conhecimento.

Referências Bibliográficas

BRASIL-MEC, Ministério da Educação e do Desporto (1999). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa** (1a. a 4a. série). Brasília.

BRASIL. Leis, Decretos etc. **Lei de Diretrizes e Bases Lei nº 9.394/96**. Brasília, 1996.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo, Moraes, 1980.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1969.

_____. MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. São Paulo. Paz e Terra. 1990.

FERREIRO, E. TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Trad. Diana Myriam Lichtenstein. Porto Alegre: ARTMED, 1985.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

LEITE, S. A. S. Notas sobre o processo de alfabetização escolar. In: LEITE, S.A.S. **Alfabetização e Letramento: contribuições para as práticas pedagógicas**. Campinas, SP: Komedi/Arte Escrita, 2001.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MENDONÇA, O.S., MENDONÇA, O.C. **Alfabetização: método sociolinguístico: consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2007.

SELTTIZ, C. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Traduzido por Dante Moreira Leite. São Paulo: EPU, 1974.

SOARES, M. B.. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. A Reinvenção da Alfabetização. In: **Revista Presença Pedagógica**, v. 9, nº 52, julho- agosto de 2003. pp. 17-21.

_____. Letramento e escolarização. In: **Cadernos de Formação – Alfabetização**. São Paulo. Unesp, pp. 79-98, 2003.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: **Revista Brasileira de Educação**. Minas Gerais: nº 25. pp.5-17. jan/fev/mar/abr. 2004.

_____. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, nº 0, p. 5-11. 1995.

TURRA, C. M. G. e outros. **Planejamento de Ensino e Avaliação** 11ª Ed. Porto Alegre, Sagra, 1991. 307 p.

VALENTE, J.A. (org). **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: Unicamp/NIED, 1999.

[1] Dados obtidos na Revista Nova Escola. Edição Especial nº 22: Alfabetização.

[2] Métodos: soletração, fônico, silábico, palavração, sentencição, análise e síntese, cartilhas.